

A governação territorial em Moçambique

Há um assunto sobre o qual algumas pessoas ligadas ao poder político neste país, sobretudo ao nível da Frelimo, mostram-se pouco interessadas em que seja discutido publicamente, mas que um dia as circunstâncias vão-nos forçar a ter que o confrontar.

Refiro-me ao modelo de governação territorial em vigor, o qual, apesar de todos os ensaios à descentralização, continua com o poder muito concentrado ao nível do governo central.

Mais concretamente, refiro-me aos governos provinciais que, eventualmente, a semelhança agora das assembleias provinciais, terão que passara ser eleitos. Isto, incluindo a figura do governador provincial.

Os que se opõem a este modelo refugiam-se na "uno, indivisível e inalienável". Argumentam que sendo assim, os governadores provinciais são representantes directos e pessoais do

Chefe do Estado, que por sua vez é uma figura eleita.

Todos os argumentos são possíveis quando não se quer uma coisa. Mas será que a sujeição dos governadores provinciais à eleição seria passível de pôr em causa a unicidade e indivisibilidade de Moçambique?

Talvez não, e possivelmente resolveria uma série de situações, tais como a descompressão sobre a enorme pressão que hoje é exercida sobre o governo central.

Na verdade todos os argumentos contra a extensão da autonomia às províncias funda-se no receio de que isso poderia futuramente vir a encorajar apetites secessionistas por parte de províncias que por razões históricas têm afinidades com alguns dos países vizinhos.

Pode ser um argumento válido, considerando algumas informações

sobre a existência de países com ambições territoriais em Moçambique, mas duvido que o ambiente actual no mundo e na região dê espaço para esse tipo de aventureiros.

Como nos iremos aperceber, mais cedo do que tarde, será disfuncional continuarmos a ter governadores provinciais nomeados pelo Chefe de Estado, mas que terão que impor a sua autoridade sobre assembleias provinciais eleitas, e como tal representativas da vontade das populações que as tiverem eleito.

Pode-se confundir a necessidade de eleição dos governos provinciais com o federalismo, mas isso não pode necessariamente corresponder à verdade, enquanto a Constituição da República não fizer essa abertura.

Penso até que Moçambique seria mais forte se pudesse ultrapassar a actual mentalidade de que tudo depende de Maputo, e se as populações ao nível das províncias sentissem que têm algo a dizer sobre como são governados por alguém que depende do seu voto para se manter no poder. Por outro lado, os governos provinciais teriam maior responsabilidade e dinamismo na colecta de impostos, se parte do seu orçamento tiver que depender de si próprios.

Os casos dos dois governadores provinciais de Tete e do Niassa que não conseguiram ser eleitos mesmo nas eleições internas do seu próprio partido

é uma pequena, mas significativa ilustração de como actua as relações de poder ao nível das províncias, onde os governadores provinciais são geralmente vistos como ignorantes da real situação que se vive nas suas províncias, para além de figuras impostas pelo poder central, o qual, ao mesmo tempo esforça-se muito em manter o controlo da situação via remote.

Neste sistema o governador provincial não presta contas à população da sua província através do parlamento provincial, mas sim a um soberano residente em Maputo, que amiúde o manda chamar para transmitir novas instruções, ou que o visita por ocasião de uma Presidência Aberta.

A qualquer momento o governador provincial corre o risco de perder o emprego (como já aconteceu), se a pessoa que o tiver nomeado julgar que ele não está a corresponder com as suas expectativas, mesmo que para a população local ele esteja a fazer o seu melhor.

O receio em relação à mudança empurra-nos para uma situação de uma unidade nacional artificial, que se resume em termos um governo mais inclusivo do ponto de vista da sua composição étnica (o que eufemisticamente se chama de equilíbrio regional), mas que na realidade não altera em nada as relações de poder. E quando é assim, ficamos mais iguais apenas na nossa desigualdade.



O "se" que faz história (2)

O "se" que faz história está em cada um de nós. É um "se" possível diferentemente do "se" que não faz história porque tudo já aconteceu. Este "se" antecipa-se ao acontecimento ou ao facto histórico ou económico. O resultado emerge do respeito e observação do "se". Vejamos isso num exemplo: se os partidos políticos estiverem interessados em acompanhar e controlar o processo eleitoral que se avizinha poderão, com propriedade, afirmar que o mesmo foi transparente e justo. Os partidos envolvidos devem fazer parte do processo. Qualquer problema no terreno deve ser do seu conhecimento.

A estrutura responsável pelo processo deve, de facto, inspirar confiança aos participantes sob o risco de não cumprir com isenção as tarefas que lhe foram incumbidas.

"Se" essa estrutura for o modelo a seguir em termos de transparência, equilíbrio, etc., nenhum dos interessados terá margem alguma para levantar a mínima dúvida sobre a legitimidade e legalidade do processo eleitoral.

Alguns poderão dizer que sim, isso é apenas um ideal a atingir porque em África os processos já nasceram feridos de problemas cujo impacto se nota no final. Claro, todos se lembram do caso queniano, zimbabweano, etc., que mostraram profundamente que o povo vota, sim, mas quem decide em última análise já não é o próprio povo. Se não é o povo quem é que decide? Aliás, a pergunta deve ser: quem decidiu no Quênia? E depois dessa decisão qual foi a reacção dos que exerceram o direito de voto? O mesmo serve para o Zimbabwe.

Onde entra o "se" nisto tudo? Entra depois das ilações tiradas destes dois exemplos elucidativos, isto é, quando percebemos que esses não são exemplos a seguir, são exemplos a evitar. Como evitar? Só evitaremos isso nas próximas eleições "se" todos os envolvidos e

interessados no processo tudo fizerem para que o mesmo seja considerado um modelo a seguir.

Quai a possibilidade dos dois "maus exemplos" atrás referidos repetirem-se em Moçambique? Por enquanto nenhum! Mas, as reclamações parecem surgir um pouco por aqui e ali como se nada representassem. Poderão estas reclamações servir, no futuro, para fortalecer alguma posição que contrarie que as eleições foram livres e justas em Moçambique? Far-se-á a soma destas irregularidades no devido momento encaminhando Moçambique para que seja mais um entre os "maus exemplos"? Penso que ninguém está interessado em que o processo culmine em confusão e tenha uma saída negociada pois, nada há a negociar o voto popular. Será? Se o voto popular dá vitória a "Y" não há motivo para que o "Z" ou o "X" reclame no sentido de partilhar o poder.

Assim dito é ou parece simples. O problema pode estar numa paisagem enorme onde a dúvida pode pontilhar com interesses obscuros, onde a dúvida pode ser (ou não) forjada e legitimada, o problema pode estar na quantidade de pergaminhos apresentados por essa paisagem. Quer dizer: por culpa das entidades responsáveis pelo processo eleitoral pode-se chegar a atingir a essência dos dois "maus exemplos".

Cá entre nós: vamos a tempo de evitar toda essa paisagem de complexos pergaminhos obscuros "se"..., claro "se"... O importante é que todos os envolvidos tenham uma participação consciente e limpa, uma participação em que cada um assume uma postura séria de vigilante do voto popular para que não haja espaço para resultados forjados. Estes poderão trazer, provavelmente, dissabores na política, na sociedade, na economia, etc. Pode-se evitar "se" todos os envolvidos estiverem interessados. "Se", porque ainda vamos a tempo!

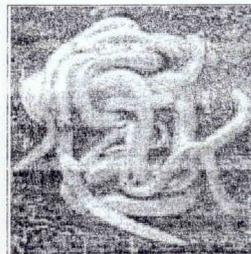


Fungulamaso

Carlos Serra
130

Email: carlos@zebra.uem.mz

O papão "nigeriano" que deixa vermes nas mulheres em Maputo (6)



Lenda urbana, boato ou rumor é "um relato anónimo, breve, com múltiplas variantes, de conteúdo surpreendente, contado como verdadeiro e recente num meio social do qual exprime de maneira simbólica os medos e as aspirações" (in logspot.com/2008/04/e-agora-o-co-virou-senhora-curandeira.html) Renard, Jean-Bruno, *Rumeurs et légendes urbaines*. Paris: PUF, 2006, 3.ª ed., p. 6).

Mais um pouco da série.

O rumor do bicho-papão-nigeriano que é suposto espalhar vermes comedores de fígado pelos órgãos sexuais das mulheres vítimas, aparece embutido numa viatura de luxo, negra, certamente com os vidros fumados, numa imagem que lembra muito o quadro presente no imaginário social no tocante ao meu livro com o título *tatá papá tatá mamã*.

Esse fabuloso carro cujas características exactas ninguém conhece - mas que muitos de nós afirmarão conhecer - é, afinal, em mais uma hipótese, uma alegoria para expressar o estatuto sinuoso, ambíguo, dos poderosos, para exprimir todos aqueles que constróem a sua riqueza com a desgraça dos pobres. A sua natureza de estrangeiro é exemplar pelo facto de remeter simbolicamente para o exterior a corrosão do tecido social interno. O rumor do bicho-papão-nigeriano é um indicador de desigualdades sociais. Os vermes que é suposto ele espalhar são os arautos da desgraça social.